

A televisão brasileira e o desenvolvimento do cidadão

Valério Cruz Brittos^{*}
Denis Gerson Simões^{**}

Laurindo Leal Filho é docente na Escola de Comunicações e Artes Universidade de São Paulo (ECA-USP). Gradou-se em Ciências Sociais pela USP, fez Mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Doutorado em Ciências da Comunicação na USP e Pós-Doutorado na University of London (UL), na Inglaterra. Entre outras publicações, escreveu *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*, pela Editora Summus. Conhecido também como Lalo, recentemente Laurindo publicou artigo na revista *Carta Capital* intitulado *De Bonner para Homer*, expondo os bastidores da produção do *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão. Nesta entrevista, concedida por *e-mail*, analisa a relação crítica dos telespectadores com a mídia, a proximidade entre a Globo e seu público, os efeitos do ingresso da TV digital e as ações do Estado junto aos veículos de comunicação.

Eptic – Como você vê a atuação da população brasileira na crítica à programação televisiva nacional? Existem condições para a sociedade promover críticas?

Lalo – Existem, mas ainda são restritas. Já foi pior. Há 10 anos as críticas eram mais moralistas e conservadoras, muitas delas nostálgicas da censura. Hoje todas as propostas respeitam o jogo democrático e repudiam qualquer cerceamento à livre circulação de idéias. O problema é que a televisão no Brasil se apresenta como um serviço gratuito de informação e entretenimento e como a maioria absoluta da população brasileira só se informa pela TV fica muito difícil qualquer exercício de crítica mais ampla a esse meio de comunicação. A televisão aberta não é gratuita, o telespectador paga esse serviço quando compra os produtos por ela anunciados. Mas nem isso a televisão deixa claro, inibindo a crítica. Afinal, cavalo dado não se olha os dentes. Sobre concentração dos meios, formas de concessão dos canais, isso nem se fala. Pouca gente sabe do que se trata.

No entanto, a partir da metade dos anos 1990, com a televisão no Brasil atingindo índices muito baixos de qualidade, alguns setores da sociedade começaram a se manifestar.

^{*} Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela FACOM-UFBA. E-mail: <val.bri@terra.com.br>.

^{**} Bolsista de Iniciação Científica (UNIBIC) e acadêmico de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da UNISINOS. E-mail: <denis@portal25.com>.

Formaram-se Ongs e campanhas para discutir e rever o papel da TV em nosso país. A Ong Tver foi uma das pioneiras e sua existência mostrou como grande parte da sociedade tem necessidade de se expressar sobre o que a TV faz e não encontra canais para isso. Quando surge uma iniciativa como aquela, as manifestações se multiplicam. Mas infelizmente elas ainda ficam restritas a parcelas minoritárias da sociedade, especialmente aquelas que têm acesso à internet e por esse meio podem exercer suas críticas. Ainda assim, houve um avanço e, nesse sentido, cabe ressaltar o importante papel exercido pelo Ministério Público, que passou a ser único canal institucional capaz de dar respaldo às reclamações da população em relação à TV. Os resultados obtidos através desse caminho são muito positivos. O melhor exemplo foi a retirada do ar do programa do João Kleber e a punição imposta à emissora que o exibia. Trata-se de um fato inédito na história da televisão brasileira.

Eptic – Você expôs em artigo na Carta Capital que William Bonner, editor do Jornal Nacional, comparava a população brasileira com o personagem Homer Simpson, conhecido por gafes e conhecimento limitado. Essa postura da Globo não pode acabar distanciando os espectadores, nos moldes da relação da plebe com a nobreza, mesmo que indiretamente?

Lalo – Essa postura da Globo em relação à sociedade brasileira é histórica. O atual editor-chefe do *Jornal Nacional* é simplesmente o atual executor das orientações da família Marinho. Como disse antes, devido ao monopólio informativo exercido pela televisão no Brasil e – dentro dele – a preponderância das Organizações Globo, fica difícil para o cidadão isoladamente exercer sua crítica ao veículo. Em termos gerais a imposição de valores, idéias, hábitos e costumes é brutal e absorvida sem muitas resistências. Mas existem brechas nesse sistema e aí o distanciamento a que vocês se referem pode surgir. A Globo nunca conseguiu transformar sua audiência em simpatia. Há sempre um toque de arrogância em sua programação que não passa despercebido pelos telespectadores por mais que ela tente seduzi-los com seus efeitos especiais glamurosos. Por mínimo que seja há sempre algum tipo de resistência à dominação midiática. E isso fica claro em situações mais polarizadas. O *Jornal Nacional* distorcia as informações sobre o movimento grevista no ABC, em São Paulo, na virada dos anos 1970-1980, e no dia seguinte seus repórteres eram hostilizados nas ruas. Afinal os metalúrgicos em greve protagonizavam importantes ações políticas durante o dia e as viam deturpadas à noite no principal jornal da emissora líder de audiência. Esse foi apenas um dos momentos em que se ouvia nas ruas o refrão “o povo não é bobo, fora a Rede Globo”. São momentos em que a emissora distancia-se dos telespectadores e tenta compensar esse

distanciamento combinando sedução com mistificação. No momento, o poder global ainda consegue frear o distanciamento, mas não é possível prever até quando ele será mantido. Uma das explicações para sua permanência é a falta de alternativas de entretenimento e lazer de que padece a maioria da população, dando à TV um papel central na sociedade brasileira.

Eptic – Sendo a mídia, de forma geral, uma das principais formadoras de opinião das sociedades, é desejo da Globo criar o padrão Homer ou somente adequar sua programação ao que considera o cidadão médio?

Lalo – No Brasil, as elites sempre buscaram manter a sociedade sobre rigoroso controle. A Globo é hoje o principal instrumento dessas elites. Prefiro nem me referir à triste imagem usada com desenvoltura pelo editor-chefe do *Jornal Nacional*, tal o desprezo que deve merecer aquela atitude. O que as elites querem é evitar que o cidadão pense, reflita, tome decisões, aja. Ao decidir o que os brasileiros devem saber, o *Jornal Nacional* nada mais faz do que executar essa política. Diariamente, em doses homeopáticas, ele anestesia a consciência nacional, organizando o país e o mundo de acordo com os interesses das camadas dominantes da sociedade. Infelizmente o *Jornal Nacional* faz exatamente o oposto do que deveria ser um serviço público de informação voltado para a elevação das condições de cidadania. Ao invés de buscar padrões de informação mais elevados, despertando a crítica e inquietando o telespectador, o *JN* faz o inverso no dizer do próprio editor-chefe, que confessa, sem nenhum pudor, que as notícias são vistas por pessoas com pouca educação formal e que não estão dispostas a pensar depois de mais um dia de trabalho. Dessa forma ele trata a informação como se ela fosse apenas mais um gênero do entretenimento. E, reconheça-se, faz isso com competência.

Eptic – Se a Globo tende a encarar a maioria de seus telespectadores como obtusos (padrão Homer), qual seria sua postura, quanto à disponibilização de conteúdos inovadores, com o lançamento da televisão digital (de funcionamento mais complexo)?

Lalo – A chegada da televisão digital ao Brasil pode ser talvez a última oportunidade para revermos o perfil institucional de nossa TV. Temos nas mãos a chance de não repetir o que aconteceu com a televisão por assinatura, quando a esperança da diversificação de conteúdos foi derrotada pela reiteração do modelo concentracionista. Os mesmos que dominavam a TV aberta apoderaram-se dos canais fechados. Se não houver uma ação mais efetiva da sociedade e uma sensibilização maior do Estado, é grande o risco do processo se repetir com a televisão digital. As forças que jogam pela manutenção do *status quo* são

poderosas e agem com desenvoltura. Se mais uma vez impuserem sua política, dificilmente teremos na TV digital conteúdos inovadores. Nova será apenas a imagem mais nítida, de alta definição, para mostrar um conteúdo velho e fortemente ideologizado pelas forças que controlam a sociedade.

Eptic – Qual a postura do Estado brasileiro hoje, ante questões como TV digital, televisão pública, concentração, falta de acesso da população à publicização e denúncias como esta feita por você, sobre o Jornal Nacional?

Lalo – Infelizmente ainda é muito tímida. Em qualquer nação onde a democracia está consolidada a televisão é fortemente regulada. Trata-se de um bem público, cujos sinais trafegam em espaços escassos e finitos (ainda que sejam ampliados pela digitalização) e, por isso, devem ser controlados pela sociedade através do Estado. No Brasil, o poder exercido pela televisão atemoriza governantes, temerosos de qualquer enfrentamento com quem fala diariamente para todo o país, sem qualquer tipo de contestação. O governante reluta em exercer o seu papel constitucional de regular a TV, assombrado pela retaliação que pode custar mandatos, eleições, cargos e carreiras políticas. Enquanto a sociedade brasileira não desatar esse nó, não podemos afirmar que a democracia no Brasil esteja sendo exercida de forma plena.

Eptic – A Universidade brasileira, especialmente a pesquisa em comunicação, tem contribuído para o debate e o encaminhamento de soluções para os graves problemas que afetam a televisão nacional?

Lalo – Não dá para generalizar a resposta. Com a consolidação dos programas de pós-graduação na área da Comunicação, com o avanço dos estudos das relações Mídia e Política nas Ciências Sociais, e com o aumento do número de pesquisas sobre TV nos mestrados e doutorados em Direito, Psicologia, Economia Política e Educação pode-se afirmar que a Universidade está contribuindo com aquilo que ela tem de melhor para o debate e o encaminhamento de soluções para o setor. Por outro lado, a sedução do mercado ofusca, em diferentes momentos e lugares, a reflexão crítica. Cursos de graduação transformam-se em plataformas de adestramento de jovens para o desempenho de atividades padronizadas pelas emissoras, retirando deles qualquer possibilidade criativa. Essa prática anula uma das funções básicas da Universidade, que é a do exercício da crítica social. Só assim o conhecimento prospera. Em relação à televisão a situação se agrava. Se não for na Universidade, em que outro lugar se fará a análise criteriosa e cientificamente controlada do papel da TV na

sociedade brasileira? É pena que parte da comunidade acadêmica deixe passar essa oportunidade e se alie com total subserviência aos interesses das emissoras. Se disso resultam trabalhos acadêmicos inócuos, trata-se de desperdício de recursos. Mais grave, no entanto, é a nefasta influência exercida sobre corações e mentes de jovens destituídos na flor da idade dos generosos ideais de uma sociedade mais justa e igualitária. Ideais que são trocados, ainda nos bancos escolares, pelo endeusamento de astros midiáticos vazios de qualquer conteúdo, tornados símbolos de vidas arrogantes e individualistas. A universidade será cobrada um dia por esse triste papel. Mas terá por outro lado a sua função social reconhecida graças aos outros jovens, que também dela fazem parte e que escapam dessas amarras, pondo o seu conhecimento a serviço daqueles que estão à margem do poder, seja ele político, econômico ou social. Há bons exemplos dessas práticas e é por isso que não é possível generalizar.